

ensaio pessoal

Quem dera fosse farsa: desafios de se publicar um livro de não ficção no Brasil

Natalia Timerman

“Quem pode falar?”, “O que acontece quando nós falamos?” e “Sobre o que é nos permitido falar?”

Djamila Ribeiro, em *O que é lugar de fala*

Eu estava grávida de sete meses quando lancei meu primeiro livro. Estava eufórica, impressionada com a presença de tanta gente na noite do lançamento, em fevereiro de 2017, e apesar de o assunto do livro ser duro e triste, fiz um pequeno discurso, diante da fila para os autógrafos, cheio de esperança e alegria. A maioria aplaudiu e riu; eram quase todos meus amigos. Mas havia gente que eu não conhecia, e o olhar de aprovação que eu tenho o hábito de procurar quando falo não foi unânime. Em alguns, que eu nunca tinha visto, havia uma gravidade que não combinava com meu humor ou minhas palavras. Naquele momento, misturou-se um peso estranho à euforia, um peso então incompreensível. Agora, passado um ano e meio daquela noite, se ainda não posso enxergar com absoluta nitidez o significado desse peso, posso, depois de muito refletir, dizer que o componente de austeridade em meio à alegria era devido, em parte, ao momento político devastador do país (mal sabíamos que podia piorar), e, em parte, porque não é muito permitido regozijar-se por ter escrito sobre a vida de outras pessoas,

desgraçada antes e depois do livro. Eu não havia escrito um romance; eu havia escrito um livro sobre prisão. Eu trabalho como psiquiatra na prisão, em um hospital penitenciário.

Depois do discurso, deixei o peso de lado, quase esquecido em algum lugar, e continuei escrevendo dedicatórias nas primeiras páginas do meu livro. Cento e noventa: depois soube que esse é um número ótimo de vendas para uma noite de lançamento. Eu não sabia nada a respeito de lançar livros, e pouco também sobre escrevê-los. Nem que aquele peso que tentei esquecer dialogava com acontecimentos de antes e com outros que viriam depois; acontecimentos que poderiam ter me dito, se eu conseguisse escutar, e que mais tarde me diriam de maneira ainda mais enfática que a leitura das minhas palavras teria dimensões e teores completamente diferentes dos que eu havia intencionado dar a elas ao escrever.

Mas vamos por partes. Estamos em fevereiro, numa noite de calor e barulho e muitos sorrisos. Voltemos ao ano anterior.

O livro estava pronto, ou quase pronto, em outubro de 2016, e o lançamento marcado para novembro. Eu estava entre o terceiro e o quarto mês de gravidez. Poucas semanas antes da data agendada, a equipe da editora concluiu que não haveria tempo hábil para que todas as etapas de confecção do livro (as quais eu ignorava completamente) fossem feitas com calma e qualidade, pois outros projetos acabaram se encavalando. Decidiu-se por adiar o lançamento. Para mim, que já havia começado a divulgá-lo e estava cheia de ansiedade e hormônios gravídicos, o adiamento soou trágico, como se fosse uma vergonha dizer às pessoas que o livro ia demorar um pouco mais para sair.

Na manhã seguinte a essa decisão, eu daria uma entrevista para um programa de televisão. Seria a primeira entrevista de divulgação do livro e a primeira entrevista que eu daria na vida, mas não via sentido em concedê-la sem uma data definida para o lançamento e sem ter ideia do que, nessa situação, dizer. Na porta de entrada da rede de TV, eu disse, então, que havia ido até lá para me desculpar, mas que não tinha como participar. O jornalista que me recebeu murchou os ombros, perguntou se eu tinha certeza e eu respondi que sim. Mas logo em seguida, a menos de meia hora para o programa ir ao ar, ao vivo, perguntei se ele teria outra coisa para colocar no lugar caso eu não participasse. Não.

Assim, acabei aceitando falar. Era hora de almoço de terça, eu não havia tido tempo de comer e, após dizer “tudo bem, vamos lá então”, enxuguei de novo as lágrimas que havia chorado no carro e pedi que me dessem qualquer coisa para mastigar para que eu não me sentisse mal, ou pior, naquela manhã conturbada.

Não vejo TV, mas não atribuí a isso o fato de que eu nunca ouvira falar do programa do qual eu participaria. Achei que ele fosse de fato desconhecido e pensei, como forma de me tranquilizar, que ninguém assistiria a ele. Pensei que eu mesma poderia esquecer o que respondi à entrevistadora, de improviso, com a fome e a confusão de ideias e sensações de uma gestante e desolada pelo adiamento do lançamento. Saí do conjunto de prédios da rede de TV me esforçando para nem pensar mais no que eu havia acabado de dizer ao vivo – quem viu, viu, provavelmente quase ninguém, ninguém que me conheça, pelo menos, e pronto, acabou.

Algumas semanas depois, em novembro, me parabenizaram na entrada do trabalho. Devia ser pela gravidez (ainda não haviam notado minha barriga?), pensei. Agradei, sorrindo, mas os cumprimentos continuaram, e um pequeno grupo de agentes penitenciários e outros funcionários que costumam ficar na entrada da prisão se juntaram e me aplaudiram. Perguntei o motivo daquilo; sua entrevista, doutora, alguém respondeu. Demorou alguns instantes para eu entender do que se tratava. Como vocês souberam?, questionei. Recebemos sua entrevista para a TV no grupo de Whatsapp do hospital.

Passei a manhã de trabalho apreensiva, fingindo gostar dos cumprimentos direcionados a mim. Eu não sabia que a entrevista ficaria disponível na internet depois. Assim que saí do hospital, peguei meu celular (não se pode entrar com o celular na prisão) e procurei no Google o vídeo que havia sido compartilhado. Não encontrei. Pedi a uma funcionária que me enviasse o *link*. Quando ela finalmente me enviou, assisti ao vídeo, assisti a mim mesma com a cara de choro escondida pela maquiagem que me fizeram antes de entrar no ar, eu, nervosa na entrevista, eu, nervosa agora, vendo-me nela. Não havia mentira alguma nas minhas poucas palavras, mas nem todos devem ter gostado do que eu havia dito. Ainda mais na televisão. Ainda mais ao alcance de qualquer um, a qualquer hora, na internet.

Recebi, poucos dias depois, uma ligação da minha chefe. Ela havia lido o original do meu livro com muito entusiasmo — lera a dissertação de mestrado que o antecedeu e fora à minha defesa, inclusive. Procurei em sua voz ao telefone a mesma alegria de sempre. Não encontrei. Um membro da diretoria de segurança do hospital a havia procurado para perguntar sobre o livro. Procurei me manter calma enquanto conversávamos sobre o que fazer. Vamos pensar, e nos falamos novamente amanhã, ela propôs.

A noite que se seguiu foi a primeira das tantas de insônia que meu livro proporcionou. Na conversa do dia subsequente, eu disse, e minha chefe concordou, que o membro da diretoria de segurança devia estar imaginando coisas muito piores do que o livro de fato dizia com relação à sua equipe; ele provavelmente se tranquilizará quando ler, imaginei. Não foi bem assim: a diferença entre a minha expectativa e sua reação à leitura talvez seja uma boa medida de minha ingenuidade, tão patente nessa história. Enviamos a ele o arquivo do livro, já em suas provas finais, que ele rapidamente leu. Mas não gostou — pude inferir por sua esquiva e pelas palavras de minha chefe que a leitura, em vez de tranquilizá-lo, aumentou seu incômodo, imagino que pela exposição daquilo que geralmente permanece intramuros. Propus, por intermédio da minha chefe, que conversássemos sobre suas impressões, mas ele não quis falar comigo nem respondeu a qualquer *email* atestando ter lido meu livro. Resumiu-se a fazer anotações à mão num *post-it* fosforescente em que apontava, com o respectivo número da página, as passagens que considerava problemáticas.

Conversei com o pessoal da editora, grata, naquele momento, ao destino, ao adiamento do lançamento, à ordem oculta das coisas. Ainda havia tempo para mudanças no original, e eu as faria; eu continuaria trabalhando no hospital penitenciário, afinal de contas, e não queria arranjar problemas com ninguém, muito menos com a segurança. Levei para minhas férias a última versão do livro, a que teria sido definitiva, caso o lançamento não houvesse sido adiado. Na primeira das folhas impressas, coleí o *post it* com a letra miúda do diretor. Aceitei a maioria de suas sugestões: troquei expressões duras por outras mais amenas, tirei uma frase que sugeria uma revista íntima (ao que parece, aquele tipo de revista não acontece na circunstância descrita por mim, o que teria, de fato, sido um erro), tirei uma sentença em que, após a descrição

de uma cena na qual um agente de segurança algema um paciente em agitação psicomotora, eu emitia um juízo de valor, e apenas a descrevi. Pronto. Agora, sim. Voltando das férias, aos cinco meses de gravidez, a barriga já proeminente, entreguei a versão definitiva à editora.

Em janeiro de 2017, o livro foi para a gráfica.

Numa manhã de terça-feira, no trabalho, aos seis meses de gravidez, fui chamada na sala de um membro da superintendência do hospital. Ele sabia do livro, também havia lido o original, na mesma época que o membro da diretoria de segurança, mas, diferentemente dele, havia gostado. A maior parte das pessoas gosta de ver seu cotidiano transformado narrativamente, mesmo que como cenário, não de um romance, mas de uma obra de não ficção. Por isso, durante o caminho até a sala da superintendência, ainda tive a esperança de que ele estivesse solicitando minha presença por um motivo agradável. “Sua chefe está de férias, então precisei chamar você diretamente aqui”, ele justificou, e eu logo vi que não, o motivo não era nada agradável. Ele havia recebido uma ligação da Secretaria de Saúde do Estado, que por sua vez recebera uma ligação da Secretaria de Administração Penitenciária, que ficara sabendo do livro, questionava-o e perguntava se eu havia tido alguma autorização para escrevê-lo.

Não sei o que veio antes, se as palpitações ou uma forte contração uterina. Ou se foi o medo, percebido como um tremor nas pernas, que se afrouxaram, mesmo eu estando sentada.

Eu não sabia que precisava de uma autorização para escrever um livro, pensei, diante do superintendente. Mas eu disse que meu livro era desdobramento de uma dissertação de mestrado, feita na Universidade de São Paulo, aprovada por dois comitês de ética, tanto o do Instituto de Psicologia da USP quanto o da faculdade que antes geria o hospital penitenciário. O mestrado já estava há tempos disponível *online*, mas, com ele, ninguém havia se importado; a existência de um livro amedronta mais que a de um escrito acadêmico escondido entre inúmeras outras publicações no mundo virtual.

Mesmo imaginando que a preocupação da Secretaria de Administração Penitenciária com meu livro não fosse a mesma que a dos comitês de ética que aprovaram meu projeto (pela diferença de premissas entre uma instituição de saúde e uma instituição prisional, diferença

de que trato tanto no mestrado quanto no livro), escrevi um *email* para o membro da superintendência, por orientação dele mesmo, dizendo dessas aprovações e acrescentando que a própria diretoria de segurança do hospital estava ciente e havia dado sugestões informais decorrentes de sua leitura (lembremos, contudo, que o membro da diretoria nunca escreveu em lugar algum que havia lido os originais de meu livro).

Se meu livro não tivesse sido primeiro uma dissertação de mestrado, protegida pelo meio acadêmico, eu teria outro argumento para usar em minha defesa? Provavelmente, não. O que não me impediria de escrevê-lo, mas me exigiria mais coragem para publicá-lo. Se eu já sentia medo do que eu mesma havia escrito, a partir da conversa com o membro da superintendência, quando soube que a dimensão alcançada pelas minhas palavras antes mesmo de virarem livro era bem maior do que eu imaginara para elas, o medo se transformou em sensação de vigilância, em aura de perseguição, como a que circunda muitos de meus pacientes, alguns dos quais narrados por mim. Ainda era um medo difuso, uma sensação de que, expondo, eu também me expunha, me colocava vulnerável e suscetível a algum tipo de ataque.

Enfim, veio o lançamento. Chegamos novamente a fevereiro, e aos sete meses de gravidez. Uma barriga considerável. O silêncio que se seguiu ao *email* me fez esquecer momentaneamente o medo e, na noite de autógrafos, eu estava feliz. Havia sido, afinal de contas, uma trajetória de muito esforço e dedicação, e eu, que sempre quis ser escritora, realizava um sonho. Mas em cada entrevista, em cada evento de divulgação, havia uma bifurcação: enquanto parte de mim se aprazia, parte se sentia exposta e ameaçada. O que, em algum grau, talvez concerna ao ato de publicar, tornar público, o que se diz.

Muitos colegas do trabalho estiveram presentes na noite do lançamento; nos dias que se seguiram, eu via o livro circulando pelos corredores do hospital e escutava as opiniões de leitura, elogiosas, surpresas, assim como as de meus colegas do meio literário, ou os que trabalham com o universo *psi*. Recebia mensagens, ligações, palavras ditas nos corredores do trabalho, abraços, agradecimentos, também das pessoas que habitavam as páginas do livro e se reconheciam ali. Pediam-me que levasse exemplares e mais exemplares para que pudessem comprá-los, e mais, para seus amigos e familiares — quero um, quero dois, quero três. Todos gostaram. Ou quase todos.

Numa tarde de segunda-feira recebi outra ligação de minha chefe. Ela me dizia que uma auxiliar de enfermagem, lendo o livro, se ofendeu com uma passagem, mostrou a uma colega, que mostrou a outra, e a outro, e a outra, e à chefia de enfermagem, e o hospital se encontrava em enorme rebuliço por conta de uma cena, descrita por mim em um capítulo sobre as relações amorosas na prisão, em que uma mulher do “corpo de enfermagem” faz sexo oral em um paciente preso e é flagrada pelo médico que cumpre a visita diária, de leito em leito.

No dia seguinte, não consegui permanecer no trabalho. Só se falava nisso, a equipe de enfermagem estava enraivecida. Logo ao chegar, procurei a chefia de enfermagem, que por um lado tentou me acalmar oferecendo um copo d’água, e por outro me contou dos inúmeros profissionais que a procuraram exigindo satisfações, sentindo-se em risco pelas minhas palavras, sentindo-se agredidos e ofendidos por elas. Nos corredores, viravam o rosto diante de meus cumprimentos de bom dia, e até pessoas que pouco antes me apoiavam e aplaudiam disseram coisas como “mexeu onde quis, agora aguente”. Eu estava no oitavo mês de gravidez.

Meu intuito ao escrever um capítulo chamado *Intimidade, ou a falta dela* era, discorrendo sobre as relações amorosas no contexto da prisão, demonstrar que, mesmo no ambiente mais improvável, elas sempre dão um jeito de acontecer, algo no sentido do clichê “o amor sempre vence”. Não tive a intenção de generalizar, por isso iniciei a fatídica passagem com “(...) há histórias esparsas, ouvidas pelos corredores”¹. Mas não foi assim que o trecho foi lido e recebido. Ele foi interpretado como uma generalização. No mesmo dia, escrevi um longo pedido de desculpas, em que dizia, além das minhas intenções iniciais com o trecho, que “quando escrevemos, nos postamos em um lugar,

1 O trecho completo é: “No CHSP, há histórias esparsas, ouvidas pelos corredores, de mulheres que fazem parte do corpo de enfermagem e se envolvem com presos. Um colega médico descreve a cena de, ao abrir a porta da cela de um paciente em uma manhã qualquer, tê-lo encontrado recebendo sexo oral de uma auxiliar de enfermagem. A única reação que conseguiu ter diante daquela imagem inesperada foi dizer: “Bom, está tudo bem, né?” (TIMERMAN, Natalia. *Desterros – histórias de um hospital-prisão*. São Paulo, Editora Elefante: 2017).

a partir de um ponto de vista, para narrar o que quer que seja: toda escrita exige um posicionamento que pode, então, pecar por não enxergar outros modos possíveis de se ver uma questão. Eu, realmente, não tive a intenção de ofender nenhuma ou nenhum de vocês, e sinto muito que isso tenha ocorrido”.

Não escrevi uma generalização, mas o trecho foi lido assim. Por quê? No pedido de desculpas, incluí o sentido de “esparços” do dicionário: raro, eventual, incomum, aventando a hipótese de que fosse necessário explicar melhor, de que eu não houvesse sido clara o suficiente. Mas fui mesmo pouco clara em minhas palavras? Ou a enfermagem leu de forma equivocada?

A resposta é não para as duas perguntas. Não faltou clareza e não houve um erro de interpretação. O trecho foi lido como uma generalização porque tocou em um estigma. Este foi meu erro: não levar em conta que eu estava mencionando um grupo historicamente submetido, a enfermagem, ao grupo a que eu mesma pertencço, o dos médicos, e que a conotação sexual esteve — e está, pois é isso um estigma, essa perpetuação — no cerne dessa submissão. Descrevo uma cena, e não é a veracidade dela a causa do problema — ninguém questionou se a cena de fato havia acontecido, já que todos no hospital conhecem essa e outras histórias. A causa do problema foi minha omissão em considerar o contexto social em que estou e estamos inseridos. Se eu tivesse escrito “corpo clínico” em vez de “corpo de enfermagem”, não teria havido problema algum com o trecho, nem se a passagem tivesse sido construída apenas em torno dos envolvidos.

Djamila Ribeiro esclarece que:

Quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades².

2 RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017. p. 61.

As sete linhas problemáticas, embora tratassem de uma situação específica, singular, foram recebidas por um coletivo previamente colocado em um lugar não questionado e pouco explicitado, e por isso esse coletivo viu, de onde já estava, uma generalização. A generalização não está na cena, mas a antecede: está na restrição de oportunidades e na falta de reconhecimento — estas, sim, gerais, no que tange a enfermagem como grupo.

Em 2017, fazia mais de cinco anos que eu trabalhava no hospital penitenciário e nunca havia tido problemas com qualquer membro da equipe de enfermagem. Achei que meu pedido de desculpas, muito sincero, seria suficiente: todos ali sabem quem sou e quais minhas intenções ao escrever o livro. Todos me conhecem, pensei, achando que aquilo bastasse.

No mesmo pedido de desculpas, enviado para a chefia de enfermagem, que o leu em voz alta para todos os turnos de sua equipe (pois a história repercutiu também nos turnos vespertino e noturno, nos quais não trabalho), eu ainda dizia: “Para quem prosseguiu com a leitura (...), há várias citações de uma autora que norteou todo o pensamento do livro. Ela se chama Hannah Arendt, e diz que a ação humana tem duas características essenciais: ela é irreversível e tem consequências imprevisíveis³. O que fazemos é, segundo ela, algo que a teia das relações humanas pode aumentar, diminuir, modificar, e cujas consequências fogem do nosso controle e não têm volta. Estou vivendo isso na pele nessa situação com vocês. A mesma autora diz que os remédios para essas características, quando danosas, são a promessa e o perdão. Estaríamos perdidos, todos nós, humanos, diante da imprevisibilidade e da irreversibilidade dos nossos atos, se não fossem essas capacidades que temos de prometer e de perdoar. Eu, de minha parte, prometo estar mais atenta, daqui para frente, a todos os olhares possíveis que uma sentença minha

3 Para maior aprofundamento dessas questões, ver os capítulos “A irreversibilidade e o poder de prometer” e “A imprevisibilidade e o poder de perdoar”, em ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

possa suscitar. E peço a vocês, de novo, que possam me perdoar, poder que só vocês têm diante da irreversibilidade do que já está escrito.”

Dois dias após eu ter escrito e enviado minhas desculpas, percebi, nos corredores do trabalho, que elas não surtiram o resultado que eu esperava. Segui sendo ignorada pela equipe de enfermagem; diversas pessoas com quem eu mantinha uma relação cordial e amistosa continuaram virando o rosto após esgares de reprovação. Um colega médico me procurou na sala onde eu me isolei para contar, constrangido, que vira circular um abaixo-assinado contra mim. Depois soube: cento e oitenta profissionais de enfermagem assinaram um pedido de desagravo público, que, segundo entendo, eu já havia feito. Meu pedido de desculpas não desconsiderou, nem por um momento, o incômodo gerado por minhas palavras, e eu me coloquei, ao final dele, à disposição para conversar sobre o assunto.

Se o incômodo com o trecho problemático conjurou um coletivo, a reação a ele parecia ter recaído unicamente sobre mim, como indivíduo. Embora hoje esteja mais claro o motivo de tamanha repercussão de uma passagem cuja veracidade ninguém, afinal de contas, questionou, naqueles dias eu também era incapaz de elaborar que a agressividade direcionada a mim também me ultrapassava. Ela dizia respeito à classe médica como um todo, que ao longo dos tempos goza de mais reconhecimento (muitas vezes, de salários mais altos e melhores condições de trabalho, por exemplo) e ocupa caricaturalmente (em piadas, fofocas, quem sabe, no próprio imaginário) o lugar de quem tem o poder, de quem seduz (ainda que, na cena do livro, não foi o médico quem seduziu, mas quem abriu a porta).

No meio do tumulto, no que se dizia e queria como reação ao trecho, não houve menção alguma ao fato de eu ser médica, e eu não fui capaz de interpretar o ódio como não dirigido especificamente a mim. Eu me sentia culpada e arrependida por ter escrito e publicado um livro e cheguei a pedir à editora que as vendas fossem suspensas e o livro, retirado de circulação. Isso já não é possível, Natalia, me responderam. A irreversibilidade — e o poder de perdoar não empossado, largado de lado. Eu havia ofendido mulheres, e lamentava mais ao constatar isso. Percebia, nos olhares de ódio que me atingiam, que de nada adiantava me desculpar, ou tentar dizer, ou querer conversar. Não havia diálogo possível, e aqueles olhares pareciam me pedir que continuasse sofrendo, e cada vez mais.

A verdade do fato ocorrido e descrito por mim desconsiderou a verdade de um estigma que antecede a mim e ao fato. Porém, a imaginação de consequências que pareciam ter por objetivo aumentar a gravidade do que escrevi para tornar minha ofensa (não proposital, mas real) pior do que foi, justificando a exacerbação de um sofrimento, acabou por tornar realidade as próprias ameaças temidas.

Assim, foi através da reação da enfermagem que toda a equipe do hospital, mesmo os que já haviam lido o livro, passou a reproduzir uma generalização perigosa onde até então não havia; os agentes de segurança, a partir daí, passaram a fazer piadas, assim como a própria enfermagem (“vou ali fazer um boquete”, agora passava a dizer uma auxiliar de enfermagem antes de realizar procedimento rotineiro de curativo – fico sabendo por uma colega; “a garota da página 100”, “50 tons de azul” (em referência à cor do uniforme da enfermagem), passa a brincar a equipe de segurança). As companheiras dos pacientes presos ficam sabendo do caso apenas no momento em que o receio de que elas agredissem a enfermagem, acusando-a de “roubarem seus maridos”, chega às filas de visita como uma verdade que elas, agora, passam a encenar. (Soube depois, por uma profissional do hospital, que havia acusações como essa já antes do livro, desde quando uma mulher do corpo clínico, envolvida com um preso, pediu demissão do hospital para entrar no rol de visitas daquele que fora seu paciente e agora era seu esposo. Mas essa história, até esse momento, não estava escrita).

Christian Dunker, pensando sobre os conceitos de verdade ao longo do tempo, nos diz que:

4 DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. In: _____; TEZZ, Cristovão; FUKS, Julián et al. *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017. p. 20.

É porque as três faces da verdade não se ligam senão por uma ficção que se pode contar um monte de mentiras dizendo só a verdade, mas também criar muitos fatos sem sentido algum e ainda fazer de conta que o que dizemos agora, neste contexto e segundo estas circunstâncias, não tem nenhuma consequência para o movimento vindouro⁴.

A intensidade da reação, ao que parece, contribuiu para propagar (se não materializar) o que a enfermagem mesma temia: o medo alimentado pelo lugar prévio de invisibilidade e silêncio explodiu em ódio e reconfigurou como realidade o que a enfermagem sentia como ameaça.

A sensação difusa de perseguição deu lugar a um medo específico de me expor e expor qualquer coisa relacionada ao assunto. Recusei-me a participar de alguns eventos de divulgação do livro e, aos que aceitei ir, precisava, a cada instante, dominar o pavor, e tateava todas as palavras, ditas e escritas.

Num dos eventos de divulgação, dividi uma mesa com, além de outras mulheres, uma jurista feminista. Lembro-me do medo que senti antes do evento, medo de sua leitura do livro, de sua opinião pela passagem problemática, medo de ela também me tratar mal. No entanto, para minha surpresa, ela espontaneamente citou o trecho e disse que eu tinha “pegado leve”: as relações amorosas e sexuais na prisão são muito mais frequentes e abundantes que isso. Fui percebendo, pela reação das pessoas à leitura – e de muitas outras mulheres, e muitas mulheres feministas – que somente a enfermagem do hospital via problema no trecho. Isso, de maneira alguma, lhe tira a razão; pelo contrário, é ela, como grupo atingido, a única a poder falar com propriedade daquele lugar. Mas consegui (porque precisava), ao longo do tempo, com o retorno de mais e mais leituras emocionadas com minha escrita, um lugar para respirar.

Eu precisava. Meu filho nasceu.

Passei alguns meses recolhida, cuidando do meu bebê e do meu filho mais velho. Mas não deixei de pensar no assunto nem de sofrer por ele. Nem se eu quisesse, poderia: o advogado que passou a me assistir me contatava quando necessário. Ele dava notícias sobre o processo administrativo instaurado contra mim no conselho de classe de enfermagem por meio do comitê de ética de enfermagem do hospital (acionado pela petição com as 180 assinaturas) e das duas enfermeiras que, individualmente, apresentaram denúncias contra mim.

Djamila Ribeiro, falando sobre grupos historicamente excluídos e sem voz, nos diz que:

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente.⁵

5 RIBEIRO, op. cit., p. 63.

Na tentativa de pensar todos os aspectos da situação sofrida e atuada pela enfermagem como coletivo e por mim, individualmente, me pergunto qual produção intelectual, saber ou voz foi proposta na reação imediata às minhas palavras e posteriormente. Eu reconheci e legitimei de pronto o incômodo sentido pela enfermagem, me desculpei sinceramente por tê-lo causado e me abri ao diálogo. Por que meu pedido de reparação foi ignorado e não aceito ou sequer questionado?

Novamente, Djamilia Ribeiro ajuda no esclarecimento da situação, trazendo à luz o fato de que mesmo “(...) a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder” (2017, p. 26). Talvez meu pedido de desculpas tenha soado pedante, valendo-se de uma autora de quem a maioria das pessoas ofendidas provavelmente nunca ouvira falar; talvez minha abertura ao diálogo devesse enfatizar mais a escuta do que minha própria fala, muito preocupada que estava, naquele momento, em me justificar e defender – ainda que eu acreditasse, ali, estar fazendo o melhor.

Mesmo assim, o que quer que eu fizesse teria sido suficiente? Como facilitar, em um momento tumultuado como aquele, um espaço de escuta e reflexão? Eu me sentia maltratada individualmente – e, ainda que o pano de fundo histórico aponte a agressão para um alvo maior, foi em mim, de fato, naquele momento, que ela chegou. Como isso contribuiria em qualquer instância para modificar a situação estrutural de subalternização da enfermagem?

Nem tudo precisa ser desculpado nos nossos tempos, ouvi recentemente de uma amiga acerca da situação. Mas não se empossar do perdão, que Hannah Arendt⁶ vê como potencialidade da própria ação, restringe a

6 ARENDT, op. cit.

capacidade humana de agir, limitando-a a um único ato do qual podemos jamais nos recuperar, e isso vale, por se tratar de uma dinâmica, para ambos os lados. Perde-se a oportunidade de aprender com a questão.

A reflexão de Christian Dunker acerca dos nossos tempos — que diz de “(...) uma recusa do outro ou ao menos uma cultura da indiferença que, quando se vê ameaçada, reage com ódio ou violência. É cada vez mais difícil escutar o outro, assumir sua perspectiva, refletir, reposicionar-se e fazer convergir diferenças”⁷ — pode iluminar ambos os lados da situação gerada no hospital penitenciário pelo meu livro, mas parece estacionar em apenas um, talvez pela própria falta de recursos de elaboração que o lugar subalternizado perpetua.

7 DUNKER op. cit., p. 28.

Seguindo o pensamento e reflexão acerca da situação, recorro mais uma vez a Djamila Ribeiro:

(...) Todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. (...) O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados. (2017, p. 86)

O que me faltaria fazer para enxergar as hierarquias produzidas a partir do meu próprio lugar privilegiado? Não seria suficiente legitimar o incômodo com o que eu escrevi no trecho, reconhecê-lo como problemático, desculpar-me por ele, mostrar o lugar em que eu havia me postado para escrever, admiti-lo cego para as questões que, do lugar da enfermagem, era possível ver? Para a enfermagem do hospital, não foi; talvez não o fosse para ninguém na mesma situação. Quem sabe porque — ousar dizer — o fundamental para Djamila Ribeiro, no que tange aos lugares de fala, o reconhecimento de privilégios, não foi o motivador da reação da própria enfermagem, que só pôde, munida de uma dor mais antiga do que a que cada um ali sentia individualmente, atingir-me como agressor em vez de considerar estruturas.

Quanto a um aspecto do funcionamento atual dos grupos, Christian Dunker defende que:

Para criar algum sentimento de pertencimento, é preciso participar de um grupo codificado, e para isso é preciso responder de forma homogênea. Porém, os grupos horizontais, definidos pela partilha de um traço comum, rapidamente foram substituídos por grupos de guerra, muito mais fáceis de constituir, baseados no ódio contra um inimigo comum. Um fato importante na nova cultura da indiferença e do ódio é que nossas respostas não são baseadas exatamente no que o outro diz, mas no ambiente, no contexto, no que se ajusta bem à paisagem. É o que Lacan chamava de imaginário, esta inclinação a fechar o sentido cedo demais, a compreender o outro rápido demais, a nos alienarmos em sua imagem e assim nos fecharmos para sua palavra⁸.

8 DUNKER, op. cit., p. 35.

Das 180 pessoas que assinaram contra mim, foram provavelmente muito poucas as que leram o livro (e talvez até mesmo o trecho). O movimento ganhou força em si a partir de questões anteriores à publicação, tanto no âmbito do hospital quanto no histórico, e isso impediu, também, que pudesse ser considerado o contexto do trecho (que já explicitarei acima). Apenas um olhar pôde sobressair na situação, e minha voz (que já havia dito tanto com o livro, e que continua dizendo agora, neste texto) precisou ser calada. Mas o que foi dito em seu lugar? O que foi explicitado? A vociferação reativa pode, em alguma instância, superar a estrutura ou só a confirma? Como superar uma estrutura se se usa dela própria, apenas invertida, para se fazer ouvir? Ao fechar-se para minhas palavras e cessar um possível diálogo, a enfermagem não estaria silenciando, com a minha, sua própria voz?

Um livro segue dizendo ao longo do tempo: basta ser aberto. Apenas a enfermagem do CHSP se sentiu ofendida com a passagem; os outros leitores sequer perceberam como problemática, e isso se deve ao fato de que o trecho está em confluência com as estruturas como estão dadas: quem as sente é que as pode questionar. Ainda assim, esse sentimento “local” encontra

um eco estrutural na permanência do livro, que perdura mesmo quando a querela já cessou. Daí o potencial ofensivo sentido pela enfermagem e de certa forma rebatido sobre mim, que vivi momentaneamente uma dor já conhecida para ela: a impossibilidade de ser ouvida ou considerada. Resta saber se essa dor não faz parte de, e assim confirma, a mesma cadeia que a originou.

A enfermagem organizou-se para o abaixo-assinado; isso aparentemente inaugurou uma força política inédita do grupo no CHSP. Mas o abaixo-assinado se dirigia somente contra uma pessoa, como um fogo muito alto, que poderia ter grande poder, e acabasse por queimar muito pouco. O fato de eu ser médica e autora de um livro, ou seja, de deter privilégios que a situação poderia questionar ou ao menos mostrar, não pôde ser revolvido. O problema, como foi posto, se resumiu a uma passagem escrita, e se eu novamente não me atrevesse a escrever, nem esta discussão estaria sendo feita, tudo retornando ao seu lugar de antes.

Queixar-se da cena descrita no livro sem sair do lugar subalternizado que o próprio estigma propõe (mas como sair desse lugar? Cabe a mim fazer esta pergunta?) pode engessar uma relação que continua se pon-do como de dominação, e ainda corre o risco de reforçá-la simplesmente por não a superar. É dessa configuração que escutei diversas pessoas (algumas de dentro do hospital) dizerem, ao tentar me defender, que “a carapuça serviu” à equipe de enfermagem, que “quem não deve, não teme”, culpando-a pelo próprio incômodo, e que tudo não passou de um grande exagero.

A tentativa de destruir individualmente, sem diálogo ou debate possíveis, quem ocupa um papel estrutural privilegiado parece ser a mera inversão da dinâmica do poder, e é quase sempre inócua, por ser inevitavelmente fugaz e sequer abalar a estrutura que segue firme e forte por trás dos gritos que se fazem ouvir por apenas um momento, abafados na maior parte das vezes por argumentos do mesmo discurso hegemônico. O lugar silenciado não foi questionado, pelo contrário: foi confirmado pelo ódio. Segundo Dunker, “(...) o tipo de ódio que se dissemina por projeção, ou seja, no sistema de surdez ao outro e de eco

9 Ibidem, p. 34-35.

10 Ibidem, p. 31.

ao próprio sentimento de raiva contra a própria irrelvância.”⁹

Recorro a outra passagem de Christian Dunker:

(...) desde sempre, falar colocando-se realmente no que a gente diz e escutar os efeitos do que a gente diz, sem que suas consequências fiquem esquecidas por trás de tantos ditos, repetidos, pré-fabricados e vazios, é de fato uma experiência muito difícil e rara. Quando isso acontece, nossa ligação com o outro se modifica, ele não será mais indiferente nem apenas um meio para que nossa demanda funcional seja atendida. Ele passa a entrar em nosso sistema de interesses, simplesmente porque sentimos que ele ou ela nos escuta *de verdade*.¹⁰

A maneira como escrevi a cena de sexo oral acontecida entre uma auxiliar de enfermagem e um paciente preso partiu de uma indeterminação de singularidade proposta pelo estigma que já existia e que, por minha falha, desconsidereei. Mas foi da mesma região de indeterminação que meu pedido de desculpas só pôde ser ignorado, cristalizando a enfermagem, ao cessar o diálogo possível, no lugar do qual pretendia sair.

Ficção, fricção, não ficção

Parte da recusa da equipe de enfermagem ao diálogo se deve à impossibilidade de uma reparação que apagasse linhas já escritas e publicadas. Se o debate poderia questionar estruturas, não teria nunca a capacidade de fazer com que o livro deixasse de existir. O livro: um objeto palpável que fica, que ficará depois que a enfermagem já não esteja, que eu já não esteja, o vencedor incontestado da disputa pelo real, esse real que se torna um problema não porque existiu, mas porque foi transformado em narrativa. Em minha conversa com a chefe de enfermagem, lembro-me dela me repassar o que escutou de sua equipe: você, no livro, não fala bem de nós, do nosso trabalho, nós, que nos dedicamos tanto. Havia então, para além do trecho, antes do estigma, outra decepção, outro descompasso entre a expectativa daqueles leitores específicos, envolvidos

por dentro e por fora da narrativa, e meu livro, um livro que se esforça justamente por sair do maniqueísmo em que é fácil se cair para falar da prisão.

No calor do momento, no calor da fogueira acesa por comentário após comentário, por piadas, pelo medo generalizado, não era possível nem para a enfermagem, nem para mim, enxergar além de onde estávamos, e o livro significou fazer perdurar a infâmia em uma permanência não reparável — a irreversibilidade — por meio de cartas, *emails* ou palavras ditas. Mais uma vez, meu lugar privilegiado se faz ver, pois só os privilegiados, em nosso país, conseguem escrever e publicar livros.

Mais fácil seria escrever ficção. Ou, pelo menos, não tão perigoso. Tivesse eu escrito um livro de ficção, eu me consideraria delirantemente paranoica por achar que meu telefone pudesse ter sido grampeado pela Secretaria de Segurança, ou que meu emprego poderia estar em risco, ou que voltar a ele, depois de minha licença-maternidade poderia ser mais difícil do que habitualmente é.

Cristóvão Tezza diz que, na escrita de ficção, “(...) o prosador desloca-se de si mesmo a autoridade da fala no exato momento em que se propõe a falar — mesmo que seu objeto seja ele mesmo”.¹¹ Na escrita de não ficção, não há um narrador como anteparo entre o autor e o leitor, e aquele pode virar alvo deste — mais ainda quando o leitor se vê dentro do livro de forma diferente da que gostaria. Eu, que via como absurda, sob o aspecto da literatura como lugar de aparição da complexidade do humano, a ideia de um leitor sensível — aquele contratado pelas editoras para ler os livros antes de publicados, em busca de pontos disparadores de controvérsias —, passei, após o que vivi na pele, a desejar que tivesse havido um, e que meu livro só fosse publicado depois de seus olhos terem percorrido todas as minhas páginas. Quem sabe, entre as 196 páginas, ele tivesse encontrado sete linhas problemáticas, e

11 TEZZA, Cristóvão. A ética da ficção. In: DUNKER, Christian; TEZZA, Cristóvão; FUKS, Julián et al. *Ética e pós-verdade*, Porto Alegre: Dublinense, 2017. p. 68.

eu as tivesse modificado antes delas terem causado tanta dor na equipe de enfermagem e em mim. Quem sabe, uma segunda edição possa significar, se não uma reparação definitiva — pois nada muda o que já aconteceu —, ao menos algum tipo de reparação.

Mais fácil seria, sim, escrever ficção. Nosso personagem pode errar — e, quem sabe, também não pudesse, por meio dele, o próprio autor. Tezza nos diz que

A ideia geradora de uma condição humana inacabada representa o pressuposto laico indispensável à vitalidade da prosa de ficção. Pensar na condição humana como algo essencialmente inacabado e irresolvido já é, por si mesmo, um fundamento ético. E esse vem sendo através dos tempos o território por excelência da prosa de ficção.¹²

12 Ibidem, p. 70-71.

A escrita de não ficção, por lidar com a verdade, ou com o conceito de verdade segundo *veritas* (o que corresponde ao que é e assim permanece igual ao longo do tempo), pressupõe, diferentemente, realidades e pessoas, tanto por dentro quanto por fora dos livros, prontas, terminadas, completas, acabadas, o que é filosófica e praticamente impossível. Eu mesma escreveria um livro bem diferente depois de ter passado pela experiência descrita aqui. Ou então a função e o desafio da não ficção sejam justamente estes: apreender a confluência mutante e complexa da diferença, ao mesmo tempo mostrando-a e acolhendo-a, a partir da assumpção de um olhar — que terá riscos, inevitavelmente. A autoria da não ficção exige que se coloque e distancie ao mesmo tempo, algo a princípio impossível, e então a escrita se torna justamente a busca desse equilíbrio ao qual nunca se chega. O movimento de dizer o outro exige um deslocamento que nunca será completo, e a distância que sempre resta é, afinal, a matéria que se pode, então, narrar.

Mas como se colocar, inevitavelmente a partir de um lugar de fala, sem desconsiderar o outro? Partindo de um lugar próprio, essa desconsideração é um risco

intrínseco: eu nunca saberei por completo a respeito de onde nunca poderei estar toda. No Brasil, este país marcado e fundado pela desigualdade, o risco é ainda maior; em nosso país, a mera possibilidade de falar já é um privilégio. Munir-se dele, ou seja, simplesmente falar, já não seria de antemão ofensivo? Qual poderia ser a solução? Calar, silenciar? Mas aí não se deixaria assentarem questões sem as resolver e revolver? Não é justamente na fala que se abre o vazio não ocupado pela fala de todos e se evidencia, então, a necessidade de mudança?

Bom seria se as narrativas e olhares fossem múltiplos e mútuos no resguardo das divergências, e que não apenas alguns fossem os donos das palavras: o real ganharia em verdade e complexidade. Até que não sejam, resta refletir sobre o próprio lugar.

Hesitei em enviar este ensaio para publicação. Eu posso estar me expondo ainda mais, ser novamente mal interpretada e colocar de novo sob holofotes uma passagem do livro e de minha vida de escritora que eu talvez preferisse esquecer. O medo cala, percebi. O medo imobiliza, retira o convite a pensar; fragiliza até mesmo o real, reduzindo sua complexidade. Mas não é isso que queremos; não é assim que precisa ou pode ser a redistribuição de vozes. Precisamos dizer. Este ensaio faz, apesar do medo, uma tentativa de reflexão como antídoto ao silenciamento que gera silenciamento, ou ao silenciamento gerado pelo silenciamento. Continuar escrevendo é uma necessidade.

Naquele mesmo evento de divulgação, a jurista feminista me fez ver outro aspecto de meu livro. Voltando os olhos para mim, ela disse que eu ocupava, trabalhando na prisão, um lugar privilegiado para escrever (um privilégio que, desta vez, não depende da restrição de outros para se dar e, então, não seria “condenável”) — e um lugar também ameaçador, do ponto de vista de alguns, como a segurança, responsável por inaugurar a aura persecutória. Qualquer pessoa que quisesse escrever sobre, filmar, estudar ou fotografar o universo prisional precisaria de muitas autorizações e burocracia. Eu, não: eu já estava lá dentro, cotidianamente, e talvez o grande diferencial do meu livro fosse justamente este: não precisar de autorização para entrar em um lugar onde eu simplesmente já estava. Escrever desde lá. A partir de quem sou.

Durante minha licença-maternidade, pensei seriamente em sair do hospital penitenciário. No fim, decidi pelo menos tentar uma volta:

ver se todos os meses de distância tinham servido para atenuar os sentimentos na enfermagem e em mim.

Voltei num sábado. A enfermeira de plantão na ala da psiquiatria – nunca me esquecerei – segurou meu ombro, olhou nos meus olhos e disse: bem-vinda de volta, Natalia. Se precisar de algo, estou aqui. Muitas viram o rosto para mim até hoje ou não respondem aos meus cumprimentos de bom-dia. Mas eu percebi: para se viver, não é preciso a unanimidade. Bastam ilhas de abrigo e acolhimento para que, desse amparo pontual, possamos seguir correndo mundo. ■

Natalia Timerman

Médica psiquiatra pela Unifesp, psicoterapeuta e mestre em Psicologia Clínica pela USP. Trabalha como psiquiatra no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário desde 2012. Publicou *Desterros*, pela editora Elefante, em 2017.